



Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI
Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC

MDS COMPLEMENTA A DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS DA SEGUNDA RODADA DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O MDS divulga o Sumário Executivo da segunda rodada da Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família (AIBF II), dando continuidade ao processo de divulgação dos resultados da pesquisa iniciado em 2010. Nesse momento, o Ministério também está disponibilizando os relatórios da consultoria contratada para a execução da pesquisa (Consórcio Instituto Internacional de Pesquisa sobre Políticas Alimentares – IFPRI/Datamétrica Consultoria, Pesquisa e Telemarketing Ltda.).

Com metodologia quase experimental, a pesquisa tem representatividade nacional e para três macrorregiões: Nordeste; Norte Urbano e Centro-Oeste; e Sul e Sudeste. O contrato de execução dos serviços esteve vigente de fevereiro de 2009 a março de 2012. As atividades de campo transcorreram entre os meses de setembro e novembro de 2009. Entre 2009 a 2012, foram realizadas atividades de crítica e análise de consistência dos dados, revisão de tabelas descritivas, bem como análise dos resultados e modelos de impacto.

O Sumário Executivo da AIBF II apresenta os principais resultados da pesquisa em termos de análise descritiva e de avaliação de impacto, entre os quais se destacam:

- **Frequência e progressão escolar:** a frequência escolar de crianças de 6 a 17 anos pertencentes a famílias beneficiárias do Bolsa Família foi 19,9 pontos percentuais maior em comparação com famílias não beneficiárias. Por sua vez, a progressão de ano para crianças de 6 a 17 anos de famílias beneficiárias foi 6,0 pontos percentuais maior em relação à de crianças na mesma faixa etária em famílias não beneficiárias. Tem-se também uma redução na taxa de repetição escolar entre beneficiários, particularmente entre as meninas;
- **Condições de saúde:** o Bolsa Família apresentou efeito positivo no esquema vacinal e, entre 2005 e 2009, a cobertura de vacinação entre as famílias beneficiárias passou de 79% para 82%. Entre as gestantes, as beneficiárias do Programa apresentaram 1,6 visita de pré-natal a mais do que as não beneficiárias e somente 1,5% delas não fizeram consulta pré-natal no período compreendido entre as pesquisas. Vale lembrar que o benefício financeiro do Bolsa Família destinado às gestantes foi implementado em 2011, no âmbito do Brasil sem Miséria, tendendo a ampliar os cuidados de saúde das mulheres beneficiárias durante a gravidez;

- **Trabalho Infantil:** confirmou-se o efeito positivo do Bolsa Família na diminuição do número de horas dedicadas ao trabalho doméstico entre crianças e adolescentes de 5 a 17 anos – decréscimo de 4,5 horas no geral e de 5 horas para os meninos. O Programa também foi responsável por postergar, em aproximadamente 10 meses, a entrada no mercado de trabalho de crianças e adolescentes do sexo masculino;
- **Mercado de Trabalho:** Não há diferenças significativas entre beneficiários e não beneficiários quanto à participação no mercado de trabalho. Para as mulheres não ocupadas, o Programa aumenta ligeiramente a procura por trabalho – em 5 pontos percentuais –, sobretudo na região Nordeste. Constatou-se, entre beneficiários de 18 a 69 anos, uma diminuição de 8,8 horas semanais no trabalho formal, e aumento equivalente no trabalho informal. Esse comportamento pode derivar de uma incompreensão das famílias sobre as regras do Programa – uma vez que a formalização do vínculo não impede a manutenção do benefício –, gerando receio de trocar a transferência de renda estável por um vínculo laboral instável, ainda que formal. O tema precisa ser aprofundado em outras investigações, pois não é achado consensual em outras pesquisas*. De todo modo, esse possível efeito já pode ter sido atenuado por meio das medidas adotadas pelo MDS entre 2009 e 2011: a regra de permanência no Bolsa Família, que permite à família manter-se no Programa pelo período de dois anos, mesmo com aumento de sua renda (até ½ salário mínimo por pessoa); e o retorno garantido, que garante reingresso imediato no Bolsa Família às famílias que, tendo espontaneamente se desligado do Programa em função de melhoria em seu rendimento, retornarem à situação de pobreza. Ambas as medidas garantem, às famílias pobres, segurança para aproveitar novas oportunidades de engajamento produtivo e melhorar suas condições de vida;
- **Empoderamento feminino:** as mulheres beneficiárias passaram a ter mais poder de decisão no domicílio. Encontrou-se um aumento de oito pontos percentuais na proporção da participação das mulheres nas decisões sobre compra de remédios para os filhos e 5,3 pontos percentuais sobre os gastos com bens duráveis. Entre 2005 e 2009, tanto na dimensão “compra de roupas para o companheiro” como na “trabalhar/decisão de trabalhar”, a porcentagem de casos em que a decisão é tomada exclusivamente pelo cônjuge/companheiro diminuiu entre 3% e 14%. Além disso, o fato de as mulheres estarem utilizando mais métodos contraceptivos (9,8 pontos percentuais) também indica que elas têm cada vez mais força para tomar decisões sobre sua vida reprodutiva.

Complementando o processo de produção, análise e disponibilização das pesquisas de avaliação do Ministério, informamos que a base de microdados da AIBF II e sua respectiva documentação estarão disponíveis no sítio do MDS nos próximos 90 dias, possibilitando a realização de estudos adicionais por pesquisadores e sociedade em geral.

Com mais essa divulgação, o MDS reforça seu compromisso com a produção de informações que subsidiem o aprimoramento de seus programas, ações e serviços, bem como o fortalecimento do controle social de suas políticas.

Link para sítio SAGI/MDS: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi>

Link para Sumário Executivo AIBF II:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/AvaliacaodeImpactoProgramaBolsaFamiliaII.pdf>

Link para relatórios de consultoria:

<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/relatoriosAIBF2.rar>

* Dados da PNAD/IBGE, por exemplo, indicam crescimento de 28% para 34% da taxa de formalização entre os beneficiários do PBF no período de 2006 a 2009.